

Pesquisa-intervenção em promoção da saúde: desafios metodológicos de pesquisar “com”

Research and intervention in the promotion of health: methodological challenges of researching “with”

Rosilda Mendes ¹
Luciane Maria Pezzato ²
Daniele Pompei Sacardo ³

Abstract *This article discusses the broadening of the meaning of intervention as a pathway for research in health promotion and raises theoretical-methodological reflections. Its presupposition is that the set of health promotional practices constitute one of the most intriguing and necessary methodological challenges in a field which seeks, in a critical way, to strengthen the autonomy of the subjects, their participation, the institutionalized movement's value, the processes of subjectivization, and to give meaning to the experiences involved. One important methodological guideline raises the question regarding what type of actions would best address the innumerable challenges of the pedagogical/professional fields and the creation of a collectivity as a catalyst of change. Among recent studies on intervention-research we focused on the theoretical-methodological approach of Institutional Analysis and the writing of research diaries. Finally we consider that methodologies shaped by the principles of inclusion do the following: abandon vertical, self-contained approaches, bring out elements showing the desire to articulate, show the power of action in favor of dialog, highlight that interaction can produce health and that it can activate new forms of constructing health promotion practices.*

Key words *Health promotion, Intervention-research, Participative research*

Resumo *Este ensaio discute a ampliação do sentido de intervenção como um caminho da pesquisa em promoção da saúde e pretende suscitar indagações e reflexões de cunho teórico-metodológico. Parte do pressuposto de que o conjunto das práticas de promoção da saúde constitui-se em um dos mais instigantes e necessários desafios metodológicos de um campo que almeja, desde uma perspectiva crítica, fortalecer a autonomia dos sujeitos, a participação, a valorização de movimentos instituintes, os processos de subjetivação e atribuir sentidos às experiências. Um importante norteador metodológico parte da reflexão sobre que tipo de ações melhor serviria para enfrentar os inúmeros desafios dos campos pedagógico e profissionais e a conformação de um coletivo como um catalizador de mudanças. Entre as recentes formulações acerca da pesquisa-intervenção destacamos a abordagem teórico-metodológica da Análise Institucional e o dispositivo da produção de diários de pesquisa. Por fim, consideramos que metodologias informadas por princípios da inclusão buscam romper com as abordagens verticais e estanques e evidenciam elementos de que o desejo de se articular, a potência de agir em favor do diálogo e interação podem produzir saúde e ativar novas formas de construir práticas promotoras de saúde.*

Palavras-chave *Promoção da saúde, Pesquisa-intervenção, Pesquisa participativa*

¹ Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva, Universidade Federal de São Paulo *campus* Baixada Santista (Unifesp). R. Silva Jardim 136, Vila Mathias. 11015-020 Santos SP Brasil. rosilda.mendes3@gmail.com

² Departamento de Saúde, Clínicas e Instituições, Unifesp *campus* Baixada Santista. Santos SP Brasil.

³ Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas SP Brasil.

A abordagem metodológica como desafio à promoção da saúde

O que nos inspira escrever este ensaio sobre a ampliação do sentido da intervenção como um caminho da pesquisa em promoção da saúde parte, em primeiro lugar, do reconhecimento de que nos últimos anos tem havido um empenho deste campo em suscitar indagações e reflexões de cunho teórico-metodológico de suas práticas e pesquisas da perspectiva da inter-relação entre teoria e prática, pesquisador e o ato de pesquisar, reafirmando o ato político-ético-técnico-relacional que toda investigação possui.

Como já fizemos em recente artigo, queremos destacar que há uma diversidade de experiências, projetos, programas, ações e iniciativas de promoção da saúde que vêm sendo levadas a cabo, muitas delas limitadas a identificar os efeitos nocivos de determinados comportamentos e hábitos e, assim, atuar e normatizar os estilos de vida. Defendemos ali, ao contrário, a adoção do conceito de promoção da saúde como “potência de ação” – baseado em proposições espinosianas – o que significa construir ações, iniciativas, programas ou projetos que de fato resultem em fortalecimento dos sujeitos e coletividades para “sair da passividade para a atividade, pelo desejo de ser livre e de ser feliz”¹.

Elucidar o sentido do conjunto das práticas de promoção da saúde constitui, portanto, um dos mais instigantes e necessários desafios metodológicos de um campo que almeja, desde uma perspectiva crítica, potencializar processos de mudança, fortalecer a autonomia dos sujeitos, a participação, a valorização de movimentos instituintes, os processos de subjetivação e atribuir significados e sentidos para as experiências.

Diferentemente de paradigmas oriundos da ciência moderna cognitivista, aspira-se, nesta abordagem, a interconexão de estratégias baseadas em paradigmas comprometidos com modelos de pesquisa que não dissociam pesquisa e intervenção, que envolvem a participação, a técnica, a política, daqueles a serem, de alguma forma, atingidos ou envolvidos pelas ações. Trata-se, portanto, de uma ação metodológica que comporta a heterogeneidade em relação aos ritmos, formações, habilidades dos pesquisadores e sujeitos envolvidos em uma ação, e frente aos acontecimentos e experiências vividas nos diferentes campos e cuja característica fundante envolve a escuta, a abertura, a espreita, a disponibilidade, o deslocamento, a atenção, certa sensibilidade, o tateamento, os movimentos de aproximação e o

distanciamento, a implicação, a confiança. O que significa dizer que deve haver, tanto quanto possível, esforço para estabelecimento de relações horizontais entre os sujeitos, as quais favoreçam as possibilidades de diálogo, um permanente refazer-se que atinja a todos e, sobretudo, qualificação de espaços de encontros.

Tomamos aqui a reflexão de Andrade et al.² que recorreram ao dicionário Aurélio para qualificar os sentidos do vocábulo “encontro”, cuja significação remete a um posicionamento face a face com uma pessoa ou coisa, ou a uma colisão de dois corpos. Se tomado como um embate entre duas forças, o encontro equivale ao momento vital para a formação e criação de qualquer coisa ou evento: é do encontro dos átomos que surge a matéria; do encontro entre gestores, profissionais e usuários que surge a ação em saúde; do encontro dos setores sociais que surgem projetos intersetoriais; do encontro entre sujeitos com o território onde constroem seus processos de territorialidade.

Todo “bom encontro” com outros corpos, parafraseando Deleuze em sua leitura de Espinosa, provoca a geração de potência. “Quando encontramos um corpo que convém à nossa natureza e cuja relação se compõe à nossa, diríamos que sua potência se adiciona à nossa: as paixões que nos afetam são de alegria e nossa potência de agir é ampliada e favorecida”³.

Tal tipo de análise faz, de fato, sentido para pensar o encontro como uma possibilidade de trocas de afetos, capaz de favorecer e ampliar a “potência de agir”. No entanto, para que ele possa existir faz-se necessário acreditar na presença de potencialidades capazes de gerá-lo. Há barreiras que impedem o encontro, como a presença de estigmas e preconceitos e experiências anteriores que geraram frustrações e decepções. A tarefa é estarmos atentos àquilo que – na relação com o outro – nos toca, nos desafia, nos incomoda, nos interroga.

Nossa condição humana e, portanto, nosso desenvolvimento profissional, permanece em constante construção, se fazendo, incompleta, em permanente devir. Assim como Winnicott⁴ afirma que “nunca estamos acabados” e que vamos nos fazendo e desfazendo ao longo da vida, outros autores como Freire⁵ e Lapassade⁶ também desenvolvem o conceito do inacabamento como um processo de criação contínuo. Essa perspectiva reconhece que nosso processo de desenvolvimento e de socialização depende de “um outro”. É nas relações sociais que vamos nos constituindo, ensinando e aprendendo a viver, a trabalhar,

a cuidar (de si e do outro), a ouvir, a negociar, a recomeçar, a organizar, a suportar, a lidar.

O encontro, a experiência com o outro, carrega a necessidade de abertura ao desconhecido, ao novo, ao inesperado, ao incontrolável, o que leva os sujeitos a correrem o risco de não acertar e à exigência de uma postura aberta, difícil de sustentar cotidianamente. O respeito mútuo torna-se, assim, um imperativo para que o encontro funcione como um espaço de experimentação e de elaboração. A partir da construção de vínculos de confiança e abertura para o diálogo, os envolvidos tornam-se corresponsáveis e copartícipes dos processos, podendo fazer escolhas autônomas de porquê e como construí-los².

Assim como nas relações sociais, no âmbito da promoção à saúde, há um legítimo encontro entre sujeitos, no qual estão presentes os interesses de compreensão e simultânea construção do si mesmo e do outro. Para além do caráter terapêutico e dos dispositivos de cuidado nas relações sanitárias, interessa-nos chamar a atenção para o imperativo do encontro para que em conjunto, em inter-relação, em cooperação as pessoas possam construir seus processos de trabalho, ações de promoção da saúde, projetos de felicidade (seus e dos outros).

Isto posto, um relevante aspecto a ser examinado quando queremos indagar sobre as reflexões de cunho metodológico no campo da promoção da saúde são os elementos da processualidade investigativa que toma a pesquisa-intervenção e métodos participativos como ferramentas que propiciam um curso de problematização das práticas de pesquisa e da produção de conhecimento. Nesse sentido, as noções de interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, bem como da pesquisa-intervenção, permitem ampliar o debate em torno de quem sejam os sujeitos envolvidos nas práticas de promoção da saúde e como são inseridos no processo de pesquisa. O que nos faz apostar que deve haver, tanto quanto possível, um esforço para o estabelecimento de relações horizontais, as quais favoreçam as possibilidades de encontro, de diálogo e um permanente refazer-se que atinja a todos.

Para as finalidades deste artigo tratamos de transpor a ideia de que intervenção significa interferência verticalizada, intromissão, como se naturalizou compreendê-la na área da saúde. Nossa proposição, ao contrário, recupera a ideia de um “vir entre”, um “interpor-se”. Dessa forma, ela possui um sentido articulador entre sujeito-objeto, teoria-prática, formação-aplicação do conhecimento⁷.

Pesquisa-intervenção e conformação de um coletivo

Um importante norteador metodológico parte da reflexão sobre que tipo de ações melhor serviria para dar conta dos inúmeros desafios dos campos pedagógico e profissionais, que incluem as relações entre os sujeitos (que acompanham e que são acompanhados), o lugar dos métodos e das técnicas nos processos de pesquisa, e a conformação de um coletivo como um catalizador de mudanças subjetivas. Assim como há uma dimensão da realidade na qual ela se apresenta como “um processo de criação, como *poiesis*”⁸, o mesmo pode ser considerado em relação ao coletivo, que produz, num único movimento, os efeitos de conhecer e de participar de seu processo de construção. Isso significa que não há um “coletivo” em funcionamento *a priori* na pesquisa-intervenção, mas, quiçá, um conjunto de pessoas reunidas para as mesmas finalidades, cujas expectativas, motivações e interesses são heterogêneos e muitas vezes divergentes, com saberes, experiências e práticas também distintos.

Se, por um lado, a perspectiva processual dos fenômenos investigados indica a constituição de um coletivo e de um “plano comum” entre sujeito e objeto, entre “nós” e “eles”, por outro lado, se coloca o desafio de resistir à captura das diferentes lógicas homogeneizantes e totalizantes da diversidade dos sujeitos singulares, mantendo abertos os fluxos comunicacionais entre eles. Trata-se de se constituir uma grupalidade para além das dicotomias e hierarquias que hegemonicamente regem as relações institucionais e intersubjetivas no âmbito da saúde, sobrepujando as fronteiras preestabelecidas das disciplinas e dos saberes dos participantes da pesquisa para que, coletivamente, seja possível compreender a complexidade da realidade investigada.

No âmbito da promoção da saúde, cujo objeto complexo é multifacetado e alvo de diversas miradas que extravasam os recortes disciplinares da ciência, um potente recurso metodológico para uma abordagem da sua complexidade, de modo especial em processos investigativos, é a constituição de modelos sintéticos resultantes do cruzamento de distintas disciplinas. Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade, ou a transdisciplinaridade, como preferem alguns autores⁹⁻¹¹, torna-se um imperativo e apresentar-se como uma alternativa para a produção de conhecimento, e a intersetorialidade comparece como estratégia de entendimento e intervenção dos problemas do campo de práticas sociais.

“A intersetorialidade tem no campo do fazer significação semelhante à interdisciplinaridade na construção do saber”¹². Na prática cotidiana percebemos que grande parte dos projetos e programas de promoção da saúde tem forte conotação disciplinar e setorial, refletindo a contínua divisão social do trabalho e do conhecimento entre entes especializados. Diante da necessidade de superar a fragmentação do conhecimento humano, herança do projeto iluminista/positivista, em busca de visão e ação mais globalizadas, a interdisciplinaridade procura estabelecer o sentido da unidade na diversidade, e promover a superação da visão restrita de si mesmo, do outro e do mundo¹³.

Tais esforços de superação corresponderiam à articulação de um amplo conjunto de saberes e práticas advindos de diferentes disciplinas que se debruçam em torno de um campo teórico e operacional particular, sobre a base de uma axiomática comum, desenvolvendo um sistema de interação entre disciplinas que se articulam em diferentes níveis, cuja coordenação se daria pelos enunciados e pelas finalidades também comuns. Isso significa considerarmos as ações e os projetos de cunho interdisciplinar e/ou intersetorial saúde dependentes da conjugação de uma ampla gama de elementos, dentre os quais, primeiramente, o de estabelecer um movimento de aproximação de sujeitos e grupos de interesses em torno de definições de problemas construídos de modo processual e compartilhado.

Novamente, a convocatória para a constituição de um “comum” se faz presente como força-motriz dos processos de pesquisa e de intervenção no âmbito da promoção da saúde, de modo que as energias, os recursos, as capacidades e as potencialidades de sujeitos e organizações sociais que se encontram dispersas, desarticuladas e em fragmentos sejam capazes de, pouco a pouco, estabelecer articulações e tecer conjunta e coletivamente um “plano comum”⁸. Na perspectiva dos autores, o “comum” interdisciplinar e intersetorial convocado na promoção da saúde é um conceito eminentemente político. Não é dado a prioristicamente, mas se enraíza na experiência, se aprofundando e se enriquecendo com ela.

*Devemos construir um comum que não é pausado em relações de semelhança nem tampouco de identidade, mas incluir o paradoxo e a instabilidade dos limites entre o que comuna e o que difere; entre o que conecta os diferentes sujeitos e objetos no processo de pesquisa e intervenção e o que, nessa conexão, tensiona, entre o que regula o conhecimento e o que mergulha na experiência*⁸.

Outro aspecto que nos parece relevante destacar para que haja um deslocamento de uma posição de isolamento disciplinar e setorial num outro sentido em direção ao “inter/entre saberes e práticas” diz respeito à instauração de novas lógicas plasmadas numa “racionalidade aberta”¹⁴, que buscam distanciar-se do modelo instrumental dominante na produção de conhecimento científico, ao mesmo tempo em que assume a irredutibilidade do acaso e da desordem, dando lugar, assim, a uma incerteza que não se pode resolver¹⁵. Com isso, há que se aceitar a contradição (entre duas noções que se tornaram complementares, por exemplo), a possibilidade de pluralidade e cognição múltipla, ou convivência de explicações diversas para um mesmo fenômeno. Nesse sentido, face à complexidade da promoção da saúde, caberia não nivelar, mas articular as contradições dos sujeitos, das instituições e seus discursos pela inclusão radical de diferentes níveis de realidade, comportando e dando lugar às fusões, sinergias, desvios, reorientações.

As estratégias de conexão disciplinar e setorial, mais do que a ampliação do diálogo pela busca de uma maior articulação entre os componentes internos da ciência e dos setores, tornam mais candentes o necessário (re)encontro da ciência com a arte, a ética e a política. Apoiamo-nos em Varela¹⁶ ao considerar que “há imanência entre viver, conhecer e fazer”, que coloca a experiência, o conhecimento, o “experimentalizar-se” que constitui, também, um poder-fazer, ou seja, um protagonismo nos movimentos de atuar que determina autocriação. Esse tem sido nosso investimento no desenvolvimento de pesquisa-intervenção no campo da promoção da saúde. Os resultados se alinham com o processo de constituição de sujeitos e subjetividades, incluindo os próprios pesquisadores implicados.

Pesquisa-intervenção e implicação

O pensamento interdisciplinar e mais ainda, o transdisciplinar, aquele que atravessa o plano da política, da pedagogia, da sociologia, da filosofia, dentre outros, foi a linha seguida por Lourau quando propôs a Análise Institucional, rompendo com as fronteiras disciplinares. A Análise Institucional (AI) emerge na França, nos anos de 1960, com influência da psicoterapia institucional, da pedagogia institucional, da psicossociologia institucional, como também da psicanálise lacaniana, constituindo-se de diferentes movimentos e tendências teóricas que foram compondo o

movimento institucionalista francês¹⁷. Surge no momento que a perspectiva conscientizadora da pesquisa-ação passou a ser contestada, apresentando a ideia de uma pesquisa-intervenção que visa interrogar os diversos sentidos cristalizados nas instituições.

Para Rocha e Aguiar¹⁸, “trata-se de ampliar as bases teórico-metodológica das pesquisas participativas, propondo uma intervenção de ordem micropolítica na experiência social. De acordo com as autoras, os pressupostos da pesquisa-intervenção vêm viabilizando a construção de espaços de problematização coletiva junto às práticas de formação e potencializando a produção de um novo pensar/fazer educação”. Neste sentido, a pesquisa-intervenção altera a clássica afirmação: “conhecer para transformar” da pesquisa-ação por “transformar para conhecer”¹⁹, e “ainda coloca o pesquisador enquanto produtor de novos sentidos e novas intercessões”²⁰.

Por tudo isto, e tomando como desafio o caráter inventivo da ciência que a coloca em “constante movimento de transformação, não apenas refazendo seus enunciados, mas criando novos problemas que exigem práticas originais de investigação”, serão apontados dois caminhos metodológicos da pesquisa-intervenção que podem apoiar as iniciativas de promoção da saúde. Ambos buscam ampliar os sentidos da intervenção, tomando a experiência como “ponto de apoio”, como “caminho” metodológico. Aqui, a experiência é entendida como “um saber-fazer, um saber que vem, que emerge do fazer”, indissociando o conhecer e o fazer²¹.

A pesquisa-intervenção, como a entendemos, vem acontecendo apoiada em dois *modus operandis*: a análise institucional e a cartografia. O ponto comum entre elas é a direção da intervenção, sem predeterminações, seguindo pistas numa “direção ético-política que avalia os efeitos da experiência”²¹.

Entre as recentes formulações acerca da pesquisa-intervenção destacamos a proposição do que vem a ser uma prática de intervenção a partir da abordagem teórico-metodológica da AI. Apoiando-se nos conceitos da AI, quais sejam, análise da encomenda e da demanda, autogestão da intervenção, regra do tudo dizer ou da livre expressão, elucidação da transversalidade, análise das implicações do pesquisador-praticante e construção ou elucidação dos analisadores, Monceau²² reforça que, “essas operações definem a maneira como é realizada a análise em uma instituição social”, conforme elaborada por Georges Lapassade e René Lourau^{23,24} denominada intervenção “socioanalítica ou socioanálise”.

Cabe aqui elucidar essa ideia. A intervenção socialanalítica, em sua forma mais clássica, era de curta duração e visava um desvelamento rápido da estrutura oculta da instituição²⁵. “No final da década de 1980 e nos anos de 1990, as modalidades de intervenção diversificaram-se no seio da corrente da análise institucional”²¹. A partir desta constatação, Monceau, discípulo de René Lourau e Antoine Savoye, propõe a continuidade aos trabalhos dos socioanalistas com a perspectiva da socioclínica institucional, mais ampla e diversificada em relação aos referenciais e às influências teóricas.

Para as finalidades deste artigo interessa-nos destacar, sobretudo, que esta abordagem apoia a ideia de *implicação*, ou seja, o pesquisador ao investigar uma determinada situação se mantém em contato direto com as pessoas e seu território. Assim, modifica e é modificado pela experiência produzida pela intervenção. Isso acontece com maior ou menor intensidade, dependendo de como cada sujeito irá se implicar com e na pesquisa, pois temos “diversos graus de participação no sentido de comprometimento em uma situação”²⁶. Porém, implicados todos estamos, uns mais e outros menos. O que Lourau propõe é que façamos uma análise das nossas implicações, que é fundamental no projeto sociopolítico do pesquisador, um processo de análise dos múltiplos lugares e pertencimentos de cada um. Porém, não se trata de posições delimitadas, paralisadas, mas de uma dinâmica de relações que circulam no processo de intervenção.

Inspirado por H. Lefebvre, Lourau²⁷ apresenta cinco dimensões da implicação:

“*Implicações primárias*: 1) implicação do pesquisador-praticante com seu objeto de pesquisa/intervenção; 2) implicação na instituição de pesquisa ou em outra de pertencimento e, antes de tudo, na equipe de pesquisa/intervenção; 3) implicação na encomenda social e nas demandas sociais. *Implicações secundárias*: 4) implicações sociais históricas, dos modelos utilizados (implicações epistemológicas); 5) implicações na escritura ou qualquer meio que sirva à exposição da pesquisa”.

Esta definição, no entanto, não está fechada, pois coloca desafios frente ao conhecimento científico instituído. Para Lourau²⁷, a implicação traduz-se, pois, como uma “análise coletiva das condições da pesquisa”.

Nossa experiência no campo da promoção da saúde tem mostrado que inúmeras afetações e implicações são vividas e relatadas pelos pesquisadores que em campo mostram-se tomados

pela experiência. Afetar não tem nada a ver com empatia, como nos diz Favret-Saad²⁸. Ao relatar sua vivência antropológica a autora nos convoca a pensar o lugar que ocupam as experimentações no processo investigativo:

“Ora, minha experiência de campo – porque ela deu lugar à comunicação não verbal, não intencional e involuntária, ao surgimento e ao livre jogo de afetos desprovidos de representação – levou-me a explorar mil aspectos de uma opacidade essencial do sujeito frente a si mesmo. Essa noção é, aliás, velha como a tragédia, e ela sustenta também, há um século, toda a literatura terapêutica”.

Ao deixar-se afetar pela experiência e o que nos acontece nesta, nos coloca um desafio: pesquisar sem *a priori*, deixando espaço para o acontecimento. Foucault entende o acontecimento como a irrupção de uma singularidade única e aguda, a emergência de uma singularidade e, ao mesmo tempo, uma ruptura de evidências²⁹. O que, dependendo da postura do pesquisador, permite uma abertura para o novo, o acontecer.

Sobre a produção de dados

O trabalho de pesquisa é sempre acompanhado de registros, o que exige desde o início a implicação e a atenção do pesquisador. As perguntas dos pesquisadores centram-se comumente na coleta de informações, nas formas de registro e no uso das informações, especialmente no que diz respeito à garantia da confidencialidade das produzidas ao longo da pesquisa. Como e para quê registrar? O que fazer com os registros? A quem interessa os registros? Como tornar as análises mais coletivas?

A pesquisa-intervenção requer uma “política da narratividade” conforme referem Passos e Barros²¹. Kastrup³⁰ enfatiza a atenção do pesquisador ou a do cartógrafo ao defender a ideia de que se você está de fato como uma boa atenção, se você está de fato com corpo presente em campo e valorizar aquilo que faz sentido então aquilo torna-se de fato relevante no processo de pesquisa. Define, nessa direção, quatro gestos de atenção cartográfica: “o rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento atento”.

Desta perspectiva, não há uma “coleta de dados”, como tradicionalmente vem sendo nomeada a etapa de recolha de dados em uma pesquisa, mas desde o início apostamos em uma “produção dos dados”. Para Kastrup³⁰ e Barros e Kastrup³¹ não se trata de uma mera mudança de

palavras a fim de evitar o vocabulário tradicional, mas propor uma mudança conceitual, de modo que se distingam as práticas de pesquisa. Os dados são produzidos pelos diferentes dispositivos e por diferentes estratégias de pesquisa que fazem ver, ou que fazem perceber, e que fazem falar.

Tal tipo de argumentação faz sentido para pensar que na pesquisa-intervenção, tanto em se tratando da análise institucional ou da cartografia, são construídos dispositivos de intervenção. Esse tema se expressa em proposições de dispositivo “grupo” como um instrumento de análise coletiva extraordinário, pois é a partir dele que se promove a fala, o encontro entre os integrantes do grupo³²; a ideia de grupo-dispositivo como uma “máquina aberta à diferença” que, tomado como um dispositivo, “faz desencadear um processo de entrecruzamento, composição e decomposição, de redes sempre coletivas (múltiplas) e singulares”³³; assim como a proposição de dispositivo como *agenciamento*: “uma montagem ou artifício produtor de inovações que gera acontecimentos e devires, atualiza virtualidades e inventa o novo radical³⁴”.

Não pretendemos aqui desconsiderar os inúmeros dispositivos de intervenção mediadores de práticas de investigação comprometidas com situações de interação, próprias de pesquisa de caráter participativo, como a pesquisa-ação ou a pesquisa participante. Não pretendemos tampouco descuidar de um percurso metodológico comprometido com a produção do conhecimento e do caráter formativo inerente a ela. Queremos, no entanto, dar destaque sem desviar a atenção, do vigor que caracteriza os processos participativos. Uma combinação para a qual não há receitas ou prescrições, mas espaços para se descobrir modos de fazer mais apropriados às perguntas realizadas, o que requer certa abertura ao risco e à intencionalidade de problematizar as próprias práticas e, coletivamente, produzir algumas respostas críticas, reflexivas, mobilizadoras e abrangentes de modo que interfiram nas relações, nas mentalidades e nas formas de intervir.

Nesse sentido, inspiradas pela noção de experiência de Bondiá³⁵, entendemos que a produção de diários de pesquisa tornam-se potentes dispositivos que possibilitam o acontecer da experiência que “nos afeta, nos toca, nos atravessa”.

O diário é, pois, uma ferramenta de intervenção que tem o potencial de produzir um movimento de reflexão da própria prática, na medida em que o ato da escrita do vivido, no âmbito individual ou no coletivo, é o momento de reflexão sobre e com o vivido, revelando o não dito e pres-

supondo a não neutralidade do pesquisador no processo de pesquisa³⁶.

Pois, como afirma Lourau³⁷, o diário de pesquisa, assim como,

“outros dispositivos inventados ou a inventar, pode auxiliar a produzir outro tipo de intelectual: não mais o orgânico [...], de Gramsci; nem o engajado, de Sartre [...]; mas o IMPLICADO (cujo projeto político inclui transformar a si e a seu lugar social, a partir de estratégias de coletivização das experiências e análises). Talvez, se pudermos tornar tais estratégias cada vez mais populares, possamos sentir um pouco os resultados dessa utopia. É uma aposta e, como tal, apresenta seus riscos”.

Tornar-se sujeito do processo de escrita não é tarefa fácil, requer uma disponibilidade de se rever, de se deixar tocar pela experiência e refletir junto a ela. O diário guarda registros do vivido, daquilo que foi possível registrar naquele momento presente, impressões que surgiram do encontro com o campo, porém são impressões transversais e fragmentadas, pois o *vivido* “é praticamente impossível ser de redigido, dada a sua complexidade”³⁶.

De acordo com Hess³⁸ o diário pode ter uma abordagem temática, multirreferencial, permitindo ser lido sob diferentes ângulos: individual, interindividual, grupal, institucional, organizacional. Num diário se aceita “a espontaneidade e eventualmente a força do sentimento, a parcialidade de um julgamento, enfim, a falta de distanciamento”.

Seguindo este movimento, a escrita num diário é uma escrita verdadeira, um documento que contém o que foi vivido, o que foi percebido do que foi vivido, com suas contradições, dúvidas, conflitos, alegrias, o que tocou e atravessou da experiência no campo, na pesquisa. O diário constitui-se, assim, em uma ferramenta potente que possibilita os sujeitos envolvidos refletirem ou cria espaços de reflexão destes, com suas práticas e os saberes produzidos nelas.

Diante de algumas experiências que fazem o uso desta ferramenta, observamos que um diário pode assumir diferentes formatos e, talvez o mais instigante, seja torná-lo compartilhado. O registro coletivo incorpora as reflexões, indagações, desejos, sejam eles individuais e/ou comuns. Constrói-se assim uma relação mais próxima entre os sujeitos e a pesquisa, fazendo emergir questões que muitas vezes ficam encobertas, ao mesmo tempo em que se ampliam as possibilidades de inserção e relação entre todos os envolvidos, contribuindo para circulação dos saberes. Há de se avançar, contudo, como bem referem Silveira et

al.³⁹, que o processo de “pesquisar com” envolve também o “escrever com”, que ativa a todos na produção do conhecimento. A possibilidade de “escrever com” se faz presente quando trabalhamos com a ideia de “pesquisar com”, própria da pesquisa-intervenção. Ou seja, na medida em que nos propomos a fazer uma análise das implicações durante o processo da pesquisa, trazendo os múltiplos lugares de pertencimento de cada um, seja pesquisador, seja sujeito da pesquisa, cria-se um território coletivo, um plano comum, um “plano com.” Neste encontro, produz-se novos sentidos que trazem os desejos, as histórias, os limites, saberes e não-saberes. Produz-se também uma “política da escrita” em sintonia com a “política de pesquisa”³¹ que deve incluir as contradições, os enigmas, as tensões e as dúvidas.

Permeado por questões éticas, esses processos fazem aflorar problemas e conflitos. No entanto, longe de fazer dessas dificuldades uma impossibilidade, será preciso assegurar que os sujeitos interajam e criem condições para conhecer, aprender, discutir, questionar e inventar. Visto que “a produção de dados é processual e a processualidade se prolonga no momento da análise”³¹, caberá sempre indagar: de quem é a autoria dos registros? Como lidar com os diferentes tempos e distintos saberes dos envolvidos? É possível constituir coletivos “comuns” de produção de escrita ainda que os pesquisadores “falem” de diferentes lugares?

Considerações finais

O que quisemos apontar neste ensaio é a existência de perspectivas mais potentes às novas realidades científicas, sociais e políticas que podem orientar as práticas e as pesquisas no campo da promoção da saúde. Estamos constantemente reexaminando as referências teórico-metodológicas, as práticas, os valores que as sustentam. Deparamo-nos frequentemente com limites, próprios de paradigmas clássicos, que reforçam o compartilhamento e a especialização, e nos instigam a percorrer trajetórias que produzam, sobretudo, sinergias, desejo de inovação e criatividade.

Metodologias informadas por princípios de inclusão e da diversidade buscam romper com as abordagens verticais e estanques da vida e evidenciam elementos concretos de que o desejo de se articular, a potência de agir em favor do diálogo e a interação entre sujeitos se faz presente. A fragmentação é uma realidade cotidiana, assim como a tensão permanente entre movimentos

que tendem à interação e à articulação e, contrariamente, ao isolamento e ao distanciamento. Esses movimentos também são capturados por aquilo que já está instituído e é hegemônico, forças que tendem à repetição e à paralisia e resistem às pulsões instituintes, a integração e a cooperação entre sujeitos que produzam transformações no modo de produzir saúde e ativem novas formas de construir práticas promotoras de saúde.

Reforçamos aqui que a ideia de que a produção de diários na perspectiva da pesquisa-intervenção pode potencializar estes movimentos instituintes, uma vez que possibilitam outros modos de relações presentes na pesquisa, trazendo a ideia da análise das implicações que nos faz refletir com o que foi possível produzir e o que

ainda não foi, assim como com os efeitos desta experiência, tanto no individual como no coletivo, no institucional e no organizacional. É, portanto, com a análise das implicações primárias e secundárias que poderemos realizar uma coletiva das condições da pesquisa, incluindo aqui seus sujeitos e as instituições.

Ao trazermos para a reflexão questões que dizem respeito ao “pesquisar com” nos referimos a um repertório amplo de noções, “participação”, “afetos”, “bons encontros”, “vínculos”, “escolhas”, “potências”, “afetações”, “implicações” que foram compreendidos como valores que nos fazem ver vigorosos impulsos de juntar, e que portanto, devem ser estimulados e facilitados no âmbito das investigações no campo da promoção da saúde.

Colaboradores

R Mendes, LM Pezzato e DP Sacardo trabalharam juntas em todas as etapas do manuscrito: concepção, redação e revisão final do artigo.

Referências

- Mendes R, Fernandez JCA, Sacardo DP. Promoção da saúde e participação: abordagens e indagações. *Rev Saúde em Debate* 2016; 40(108):190-203.
- Andrade EA, Sacardo DP, Fernandez JCA. O “encontro” como espaço de experimentação e elaboração. In: Fernandez JCA, Campos M, Cazzuni DH, Fiorilo P, organizadores. *Juventude e Segurança: PROTEJO Osasco*. São Paulo: Hucitec, Cepedoc Cidades Saudáveis; 2010. v. 1. p. 85-100.
- Deleuze G. *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta; 2002.
- Winnicott DW. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago; 1975.
- Freire P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra; 1996.
- Lapassade G. *Grupos, organizações e instituições*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1983.
- Paulon SMA. Análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. *Psicologia & Sociedade* 2005; 17(3):18-25.
- Kastrup V, Passos E. Cartografar é traçar um plano comum. *Fractal, Rev. Psicol.* 2013; 25(2):263-280.
- Almeida Filho N. Intersetorialidade, Transdisciplinaridade e Saúde Coletiva: atualizando um debate em aberto. *RAP* 2000; 34(6):11-34.
- Morin E. *Introdução ao pensamento complexo*. 3ª ed. Porto Alegre: Sulina; 2005.
- Paul P. Transdisciplinaridade e Antropoformação: sua importância nas pesquisas em saúde. *Saúde Soc.* 2005; 14(3):72-92.
- Mendes EV. *Uma agenda para a saúde*. São Paulo: Hucitec; 1996.
- Mendes R, Akerman M. Intersetorialidade: reflexões e práticas. In: Fernandez JCA, Mendes R, organizadores. *Promoção da saúde e gestão local*. São Paulo: Hucitec, Cepedoc Cidades Saudáveis; 2007. p. 87-111.
- Morin E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2002.
- Fernandez JCA. *Promoção da saúde e dinâmica social: o lugar dos sujeitos* [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2011.
- Varela F. O círculo criativo: esboço histórico-natural da reflexividade. In: Watzlawick P. *A realidade inventada*. Campinas: Editorial Psy.1994. p.302-16.
- L'Abbate S. Análise Institucional e Saúde Coletiva: uma articulação em processo. In: L'Abbate S, Mourão LC, Pezzato LM, organizadores. *Análise Institucional & Saúde Coletiva*. São Paulo: Hucitec; 2013. p. 31-88.
- Rocha ML, Aguiar KF. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicol. cienc. prof.* 2003; 23(4):64-73.
- Coimbra CMB. Os Caminhos de Lapassade e da Análise Institucional: uma empresa possível. *Rev do Departamento de Psicologia da UFF* 1995; 7(1):52-80.
- Pezzato LM, L'Abbate S. Uma pesquisa-ação-intervenção em saúde bucal coletiva: contribuindo para a produção de novas análises. *Saude Soc.* 2012; 21(2):386-398.
- Passos E, Barros RB. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: processos In: Passos E, Kastrup V, Escossia L, organizadores. *Pistas do método da cartografia: pesquisa e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Editora Sulina; 2009. p. 17-31.
- Monceau G. A Socioclínica Institucional para pesquisas em Educação e em Saúde. In: L'Abbate S, Mourão LC, Pezzato LM, organizador. *Análise Institucional & Saúde Coletiva*. São Paulo: Hucitec; 2013. p. 91-103.
- Lapassade G, Lourau R. *Chaves da Sociologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1972.
- Lourau R. *A Análise Institucional*. Petrópolis: Vozes; 1975.
- Pezzato LM, L'Abbate S, Botazzo C. Produção de micropolíticas no processo de trabalho em saúde bucal: uma abordagem socioanalítica. *Cien Saude Colet* 2013; 18(7):2095-2104.
- Lourau R. Uma técnica de análise de implicações: B. Malinowski, Diário de etnógrafo (1914-1918). In: Altoé S, organizador. *René Lourau. Analista Institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec; 2004. p.259-283.
- Lourau R. “Implicação: um novo paradigma”. In: Altoé S, organizador. *René Lourau. Analista Institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec; 2004. p. 246-258.
- Favret-Saad J. Ser afetado. *Cadernos de campo* 2005; (13):155-161.
- Foucault M. *Microfísica do Poder*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Graal; 1979.
- Kastrup V. O Funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *Psicologia & Sociedade* 2007; 19(1):15-22.
- Barros LP, Kastrup V. Cartografar é acompanhar processos. In: Passos E, Kastrup V, Escossia L, organizadores. *Pistas do método da cartografia: pesquisa e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Editora Sulina; 2009. p. 52-75.
- Barros RB. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: SuSol, Editora UFRGS; 2007.
- Barros RB. Grupo: estratégia na formação. In: Brito J, Barros ME, Neves M, Athayde M, organizadores. *Trabalhar na escola? “Só inventando o prazer”*. Rio de Janeiro: Edições IPUB/UFRJ; 2001. p. 71-88.
- Barembly G. *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática*. 5ª ed. Belo Horizonte-MG: Instituto Felix Guattari; 2002.
- Bondiá JL. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Rev Brasileira de Educação* 2002; (19):20-28.
- Pezzato LM, L'Abbate S. O uso de diários como ferramenta de intervenção da Análise Institucional: potencializando reflexões no cotidiano da Saúde Bucal Coletiva. *Physis* 2011; 21(4):1297-1314.
- Lourau R. *René Lourau na UERJ- 1993. Análise Institucional e Práticas de Pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ; 1993.
- Hess R. Momento do diário e diário dos momentos. In: Souza EC, Abrahão MHMB, organizadores. *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si*. Porto Alegre: EDI-PUCRS; 2006. p. 89-103.
- Silveira M, Palombini AL, Moraes M. EscreverCOM: uma experiência ético-política de pesquisa. *Mnemosina* 2014; 10(1):2-22.

Artigo apresentado em 20/01/2016

Aprovado em 21/03/2016

Versão final apresentada em 23/03/2016

